DIEGO FERNANDES DE MELLO

CAPOEIRA NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO: CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE?

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Graduação em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.
Professor: Iverson Ladwing – Turma: Y

**CURITIBA
2004**

DIEGO FERNANDES DE MELLO

CAPOEIRA NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO: CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE?

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Graduação em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

2004

“MANDINGA DE ESCRAVO EM ÂNSIA DE
LIBERDADE, SEU PRINCÍPIO NÃO TEM
MÉTODO, SEU FIM É INCONSEBÍVEL AO
MAIS SÁBIO CAPOEIRISTA”.

Mestre Pastinha

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar meu caminho e derramar sobre minha vida as bênçãos da ascendência.

Agradeço aos meus pais, Cirene Fernandes de Mello e Nivercindo de Mello pelo amor e a educação necessária para que pudesse seguir meu caminho, dando-me apoio e compreensão nas horas de necessidade, assim como meus irmãos Camila e Felipe.

A minha namorada Kátia por ter me auxiliado na conclusão do trabalho e mostrado que a vida pode ser muito especial e melhor para quem sonhar que seja.

Ao meu orientador e amigo Marcelo Moraes por ter me fornecido as fontes necessárias para a realização deste trabalho e ter ampliado o leque de opções para uma visão mais crítica da sociedade.

Em especial a Raulzito, por ter me iniciado no mundo do rock'n'roll e mostrar que a música é um meio de revolução, aos meus amigos Rodrigo e Cigarra pela realização e execução de um sonho chamado rock, ao Rodolfo não menos rock mas bem mais poético e ideológico e a todos pelos momentos de descontração e viagem necessária para a fundação da família oBsoletos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	1
1.2 JUSTIFICATIVA.....	2
1.3 OBJETIVOS.....	3
1.3.1 Objetivo Geral.....	3
1.3.2 Objetivo Especifico.....	3
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	4
2.1 HISTÓRIA DA CAPOEIRA NO BRASIL.....	4
2.1.1 Capoeira: os primeiros momentos de sua história.....	4
2.1.2 O cenário da marginalidade.....	6
2.1.3 A repressão ao negro capoeira.....	7
2.2 BRASIL NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO.....	10
2.3 A CAPOEIRA EMBARCA NA RETÓRICA DO CORPO.....	14
2.4 CAPOEIRA REGIONAL: CIVILIZAÇÃO OU BARBARIE?.....	16
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
4 METODOLOGIA.....	26
5 REFERÊNCIAS.....	27

RESUMO

O presente trabalho trata-se da monografia de conclusão do curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Procurou-se analisar no período compreendido entre 1930 até a implementação do Estado Novo os fatores que levaram a criação da Capoeira Regional. Este período histórico foi escolhido como recorte deste trabalho devido ser na década de 30 que a capoeira sofre sua maior transformação, pois houve uma grande movimentação política para a legitimação do estado, Getúlio Vargas passa a interferir na educação e na cultura afetando desta forma todas as manifestações populares. A metodologia da pesquisa se pautou numa crítica historiográfica, ou seja, tratou-se de uma análise da literatura produzida sobre a temática da capoeira, assim como de estudos relativos aos dados históricos deste período. Baseando-se principalmente nos estudos de Norbert Elias (2001), sobre o processo civilizador, e de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (1985), sobre a dialética do esclarecimento, questionou-se se o surgimento da Capoeira Regional afastou esta prática do restante da cultura popular ou tratou-se de um processo civilizador que acabou modernizando esta manifestação cultural fazendo-a sobreviver naquele momento histórico. Entre as primeiras conclusões levantadas foi detectado que ocorreu sim esta descaracterização da capoeira, entretanto, pensando no próprio princípio da dialética do esclarecimento, a Capoeira Regional foi um “progresso”. Porém, como todo processo civilizador traz modernização à nele presente um grande componente de barbárie.

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Atualmente a capoeira faz parte integral da sociedade brasileira, sendo praticada em todo território nacional e inclusive em terras estrangeiras. Para chegar a tal ponto de expansão, a capoeira praticada na atualidade, teve na década de 30 no período do Estado Novo o seu “grande” salto histórico, passando a ser praticada pela camada mais privilegiada da sociedade, deixando de ser somente a luta do “malandro e baderneiro” (CAPOEIRA, 2000).

A historia da capoeira e a origem de sua criação, até hoje é motivo de discussão entre diversos autores. Estudos como de CAPOEIRA (1999), COUTO (1999) e REIS (2000), mostram que a capoeira nasceu no Brasil com escravos vindos de varias parte da África, que se misturavam com índios e brancos dentro dos Quilombos. Segundo REIS (2000, p.11) “não há indicações de que a capoeira, tal qual a conhecemos no Brasil ainda hoje, tenha se desenvolvido em qualquer outra parte do mundo”. Isto leva a crer que a capoeira surgiu de uma “fusão” cultural dentro do Brasil.

Com o fim da escravidão, muitos escravos e filhos de ex-escravos, não tendo para onde ir, passam a instalar-se nas cidades. Sofrendo com a grande discriminação, alguns tiveram dificuldades para conseguir emprego e moradia, ocorrendo com isso o surgimento das primeiras favelas. CAPOEIRA (1999), ressalta que muitos negros fugitivos e alforriados começam a estabelecer quilombos nas periferias das cidades, aumentando consideravelmente a população negra nas ruas. A capoeira associa-se a imagem do malandro, ao mesmo tempo que passa a fazer parte da sociedade e do código penal brasileiro (REIS, 2000).

Porem é na década de 30 que a capoeira sofre sua maior transformação, e é a onde se enquadra a principal questão a ser analisada no presente estudo. Com toda a movimentação política da época para a legitimação do estado perante a população, Getulio Vargas passa a interferir na educação e na cultura, para a formação de uma identidade nacional, fazendo um resgate cultural e ao mesmo

tempo modernizando-se. E é nesse cenário que surge a capoeira regional. Mas como aconteceu tal processo? Para ELIAS (1994), a mudança histórica não passa de um processo civilizador, onde essa mudança não é planejada racionalmente nem tão pouco aparece tão aleatoriamente. Entretanto, para ADORNO (2000), a civilização por si só produz progressivamente o que é civilizatório e anticivilizatório. A capoeira regional surge em uma sociedade voltada para o trabalho e preparação de mão de obra, onde cada individuo desempenharia seu papel na sociedade e era compelido a regular sua conduta de maneira estável e uniforme, sendo a capoeira integrada a essa “nova” sociedade. Bimba “criador” da capoeira regional sistematiza colocando métodos e seqüências de ensino para a capoeira, diferente da capoeira tradicional em que o aprendizado era feito através da observação. Mestre Bimba, insatisfeito com a imagem da capoeira perante a população, sempre associada a malandragem e baderna, cria uma capoeira nos moldes da sociedade que o Estado buscava construir através da disciplina e autoridade.

Nesse sentido, o foco principal da presente pesquisa, tratará de estudar o surgimento da Capoeira Regional no contexto do Estado Novo.

1.2 JUSTIFICATIVA

Há cinco anos pratico capoeira e nesse período tive a oportunidade de participar de vários eventos e conversar com outros capoeiristas. Hoje a capoeira faz parte da cultura do Brasil assim como o samba e o futebol. Sua evolução se da junto a historia política, cultural e educacional da sociedade brasileira.

Ao se observar o processo histórico da capoeira tendo como ótica os estudos de ELIAS (1994), este afirma que a estrutura da sociedade exige e gera um controle das emoções e instintos antes liberados espontaneamente passam e ter a forma de auto controle gerando tabus sociais. Ou seja, o capoeirista considerado malandro e baderneiro passa a ser mal visto na sociedade e com isso a capoeira passa a ser considerada marginal e grafar seu nome no código penal. Mestre Bimba com tal fato “cria” a capoeira regional e que segundo CAPOEIRA (1999), a “nova” luta moldada nos parâmetros da “nova” sociedade de Getulio Vargas poderia servir para a campanha de legitimação do Estado junto a população, passando a ser praticada

pela camada mais elevada da sociedade e fazendo Getúlio retirá-la do código penal brasileiro.

Dentro de todo esse processo histórico que a capoeira passou e vem passando ao longo do tempo, o fato dela ter deixado de ser uma luta praticada nas ruas e vista como coisa de malandro, a ter se adaptado ao modelo social com a criação da capoeira regional ou mesmo ter passado de uma violência física para uma violência simbólica dentro da roda, fez-se da passagem da capoeira para a capoeira regional um processo evolutivo (civilizatório) ou descaracterizador? Perguntas como essa devem ser respondidas para que a capoeira tenha seu respeito merecido junto a outros elementos da cultura nacional.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

- Analisar historicamente o surgimento da Capoeira Regional no período do Estado Novo.

1.3.2 Objetivo específico

- Verificar se houve ou não um processo de descaracterização da capoeira com a criação da Capoeira Regional.
- Detectar o que essa criação proporcionou a esta prática cultural.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTORIA DA CAPOEIRA NO BRASIL

2.1.1 Capoeira: os primeiros momentos de sua história

A respeito do surgimento da capoeira há muitas controvérsias, no que diz respeito a sua origem, principalmente no período que vai do século XVII onde aparecem os primeiros registros de fugas e rebeldia de escravos até o século XIX, quando aparecem registros confiáveis dessa manifestação.

Não é de interesse da pesquisa aprofundar-se no debate sobre o surgimento da capoeira, mas sim investigar o período compreendido entre 1930 até a inalação do Estado Novo, para compreender como e porque foi criada a Capoeira Regional. Para se chegar a tal análise do período, é necessário conhecer sobre o surgimento da capoeira, assunto realmente complexo. Isto se justifica pela dificuldade de se encontrar documentos que relatem a vida dos escravos nos primeiros séculos de escravidão no Brasil. Segundo VIEIRA (1998) e REIS (2000), o ministro das finanças Ruy Barbosa em 15 de dezembro de 1890 mandou incinerar os documentos que se referiam à escravidão alegando “que se deveria apagar da memória brasileira essa terrível instituição” (REIS, 2000, p.19). Para CAPOEIRA (2000), esse fato não passava de uma estratégia para evitar que os ex-proprietários de escravos buscassem junto ao governo, uma compensação pelo prejuízo que tiveram com o fim da escravatura em 1888.

Fatos como este mostram a dificuldade em se encontrar fontes seguras sobre os primeiros momentos da capoeira, gerando com isso diversas teorias acerca do assunto, sendo que a principal discussão gira em torno da seguinte questão, a capoeira é brasileira ou africana? Os que defendem a capoeira como sendo criada em solo brasileiro, sustentam-se no argumento de não existir nenhuma forma de luta ou manifestação semelhante a capoeira em outras regiões que também sofreram o processo de escravidão. Segundo REIS (2000, p.11), “não há indicações seguras de que a capoeira, tal qual a conhecemos no Brasil ainda hoje, tenha se desenvolvido em qualquer outra parte do mundo”. Alguns estudos como os de CAPOEIRA (1999),

COUTO (1999) e REIS (2000), mostram que a capoeira nasceu no Brasil, com os escravos vindos de diversas partes da África, que se misturavam com índios, dentro dos Quilombos. Para VIEIRA (1998), os quilombos representavam uma atmosfera de liberdade, de recuperação dos rituais e danças africanas e de convívio social que, somadas a situação de opressão, podem ter dado origem à capoeira.

Para os que defendem a capoeira como sendo originária da África, apóiam-se no fato de que ainda hoje no continente africano, existem danças rituais com características de luta.

A capoeira praticada em terras brasileiras seria simplesmente uma variação dessas danças, que teriam se tornado extremamente útil em situação de luta corporal contra o branco colonizador (...) seja nos quilombos, ou nas próprias senzalas preparando os movimentos de fuga e rebeldia, que eram recuperados os elementos dessas danças-lutas ancestrais. (ABREU, 1999, p.12).

O ponto frágil destas duas teses é que segundo CAPOEIRA (2000), desde o início da colonização até meados do século XIX, era de interesse dos administradores coloniais e donos de escravos permitir as manifestações culturais negras, não só como válvula de escape para as tensões inerentes à escravidão, mas principalmente as rivalidades tribais, que não eram tão fortes a ponto de, por exemplo, provocar guerras entre os grupos, mas ainda assim existiam. Era dividir para reinar. Sobre a ótica do processo civilizador de ELIAS (1994), tão ato serviria para que o negro escravo controla-se suas emoções, sendo as manifestações culturais esta “válvula de escape” para um controle dos impulsos de agressividade e raiva geradas pelo processo escravocrata. Pois segundo ELIAS (1994, p. 196), “a estrutura e tensões da sociedade transformam isto em condições inescapáveis para o indivíduo”. Ou seja, as tensões geradas pela escravidão eram “amenizadas” através da liberdade de expressão cultural (liberdade vigiada).

Sendo assim, como pode a capoeira ter surgido da miscigenação de culturas, se dentro das senzalas (e possivelmente dentro dos quilombos), existiam negros de diversas tribos rivais? Em todo caso, o que não se pode descartar é fato da capoeira estar ligada a cultura do negro africano e que a resposta para a pergunta pode estar no fato de a capoeira não ter um foco de surgimento, sendo que a mesma se desenvolveu em diversas regiões do Brasil de maneiras distintas tendo grande repercussão na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Sendo que essa capoeira desenvolvida nesses três estados apresenta em comum a associação de sua prática

a vida do malandro e marginal, passando a ser duramente reprimida pelas autoridades da época, como veremos em seguida.

2.1.2 O cenário da marginalidade

Ao longo do século XIX, o Brasil sofria com pressões externas para acabar com o tráfico negreiro. “O período de 1844 a 1850 é de constante atrito com os ingleses, pois o Brasil pela primeira vez adota uma política protecionista (...) tributando as mercadorias inglesas para aumentar a reserva do tesouro”. (CAPOEIRA, 2000, p. 31). Nesse momento, a economia cafeeira começa a crescer no sudeste e com isso aumenta o deslocamento de escravos da região nordeste para as fazendas de café do sudeste. Essa migração de escravos se dá através do tráfico interno (escravos vendidos e capturados) e também de negros libertos que compravam sua alforria (liberdade). Segundo CAPOEIRA (2000), CAPOEIRA (1999) e REIS (2000), o número de negros libertos era tão grande, que a Caixa Econômica Federal abre uma caderneta de poupança para negros de ganho que desejassem comprar a sua carta de alforria.

Com isso CAPOEIRA (2000, p.34) destaca:

Muitos escravos são alforriados, muitos fogem, começa a aparecer uma grande quantidade de quilombos na periferia da cidade do Rio de Janeiro – o morro do estado, na entrada de Niterói, era um quilombo. Para se ter uma idéia, basta dizer que a população escrava de 1860 no Rio de Janeiro era dez vezes maior que a de 1870, e isto devido às fugas e ao alforriamento. É claro que esses quilombos, já na transição para a favela era diferente do de Palmares do século XVII (...), o clima é outro, então na periferia da cidade já existe uma intelectualidade que panfleta, que discute na rua, que escreve em jornal, que interfere a favor da extinção da escravidão, sem falarem determinados indivíduos não brancos expressivos da cultura nacional, como Machado de Assis e Lima Barreto.

Assim, muitos negros alforriados perambulam sem se fixar; em relação a estes, existia um temor muito grande, pois eram corpos duplamente estranhos, por serem negros e por serem livres, sendo eles mal vistos pelo Estado. E é nesse cenário que a capoeira se desenvolve e cai na marginalidade. O negro está nas ruas em condições desfavoráveis, o ambiente é crítico e caótico e é no período de 1850 a 1888 (abolição) que o negro capoeira sofre sua maior repressão.

2.1.3 A repressão ao negro capoeira

Como foi visto os negros que compravam sua alforria ou mesmo os que fugiam, começavam a se instalar nas periferias das cidades, formando um principio de favela. Entre essas cidades podemos destacar três grandes focos de perseguição a capoeiragem ao século XVIII; Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Os moleques de banda como eram conhecidos os capoeiristas em Recife, desfilavam no carnaval pernambucano, protegendo as bandas rivais com sua agilidade, valentias e cacetetes, onde aos pulos desafiavam os inimigos, "... mais ou menos em 1912, coincidindo com o nascimento do frevo, legado da capoeira (melhor diria 'o passo' que é a dança; o frevo é a musica que o acompanha)" (CAPOEIRA, 1999, p.46), a polícia praticamente "acabou" com os capoeiristas de Pernambuco.

A exemplo do que ocorreu em Pernambuco, no Rio de Janeiro a capoeira também foi perseguida, mas em proporções muito maiores. Antes da abolição, isolados ou organizados em maltas os capoeiras aterrorizavam a população tornando-se segundo ABREU (1999, p.19), "cancro citadino aparentemente inextirpável". Um dos maiores nomes no que diz respeito a repressão (no inicio do século XVII) aos malandros capoeiras, foi o major Nunes Vidigal, nomeado chefe da Guarda Real da Policia em 1809.

Mas é na segunda metade do século XVIII, que as penas contra a pratica da capoeira começam a ser realmente violentas. Ao estudar documentos enviados ao Ministro da Justiça da época REIS (2000), constata o desespero das autoridades em reprimir a capoeira. Um fragmento da carta enviada pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro, Euzébio de Queiroz, para o Ministro da Justiça constata:

Os capoeiras, que sempre mereceram aqui maior vigilância da Policia, hoje infestam as ruas da cidade de um modo sobremaneira escandaloso, e não será fácil evitar as funestas conseqüências que daí resultam, enquanto a Policia a respeito do escravos não for como antigamente autorizada a fazer castigar, sobre a mais formalidade de processo, aqueles que forem apanhados em flagrante (...) a petulância destes (capoeiras) tem chegado ao ponto de apedrejar-se no Campo de Honra (hoje Campo de Santana) com manifesto perigo aos pacíficos cidadãos que por ali passavam. (REIS, 2000, p.27)

Com isso os capoeiras passam a ser castigado em praça publica, sendo a imagem do castigo o principal objeto da repressão policial. Segundo CAPOEIRA (1999) e REIS (2000), além das chibatadas, os escravos capoeiras eram enviados a

locais para realizarem trabalhos forçados. Mas o ponto forte da criminalização da capoeira é o fato de que os negros soltos nas ruas começavam a organizar-se em bandos (maltas) e pouco antes da abolição e da instalação da República, as maltas no Rio se proliferaram. No entanto duas maltas é que se destacavam, os Nagoas e os Guaiamuns que eram ligados a facções políticas da época. Os Nagoas, ligados aos monarquistas do partido conservador, se concentravam nas periferias das cidades e os Guaiamuns, ligados aos republicanos do partido liberal, localizavam-se na parte central da cidade. De acordo com CAPOEIRA (2000), os grupos ou maltas guiados por chefes terríveis e temidos, muitas vezes representavam o principal papel nas urnas eleitorais.

E é essa ligação entre capoeiras e políticos, em principal com a monarquia, que os leva a serem um dos principais alvos de repressão policial nos primeiros tempos da República o que culminaria com a criminalização da capoeira em 1890.

Poucos meses após a abolição é formada no gabinete conservador Treze de Maio a Guarda Negra. Composta basicamente por capoeiras, que arrebanhavam negros libertos em prol da defesa da monarquia, representada pela figura da Princesa Isabel. “Criada por volta de 1888 para salvar a monarquia e lutar contra os republicanos (...), os capoeiras negros ‘manobrados’ para defenderem a Princesa Isabel que os libertou do cativeiro”. (CAPOEIRA, 2000, p.42-43)

“Exército das ruas”, era principalmente nos comícios republicanos que a presença da Guarda Negra se fazia sentir. O ataque mais espetacular da organização, parece ter sido o que ocorreu no dia 30 de dezembro de 1888, quando os propagandistas republicanos Silva Jardim e Lopes Trovão, discursavam no ginásio da Sociedade Francesa de Ginastas na cidade do Rio de Janeiro. Os organizadores do ato, frente às ameaças recebidas por parte da Guarda Negra, recorreram ao chefe de polícia, que alegou não ter condições de garantir a segurança da manifestação. Do lado de fora do ginásio, perto de 500 negros estavam reunidos. De repente, ouviram-se tiros dentro do ginásio e a multidão forçou a entrada. A confusão reinou durante meia hora sem interferência da polícia, a qual, afinal, decidiu acalmar-lhes os ânimos. Varias pessoas ficaram feridas, muitas vitimadas por capoeiras. (REIS, 2000, p.41)

Com o golpe militar que ficou conhecido com a proclamação da República, o primeiro Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, nomeou o Bacharel Sampaio Ferraz para chefe de polícia. E uma vez no poder, Sampaio instalara seu terror na Cidade do Rio de Janeiro. E é com a publicação do novo Código Penal a 11 de outubro de 1890, que a capoeira é criminalizada oficialmente.

O Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, instituída pelo Decreto n.º 487 de outubro de 1890, estabelecia em seu Capítulo XIII:

Dos Vadios e Capoeiras

'Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem; andar em correrias com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou inculcando temor de algum mal:

Pena – De prisão celular de dois a seis meses

'Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a algum bando ou malta. Aos chefes ou cabeças se imporá a pena em dobro (...)

Art. 404. Se nesse exercício de capoeiragem perpetrar homicídio, provocar lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, e perturbar a ordem, a tranqüilidade e a segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes. (REIS, 2000, p. 30).

Mas um episódio que precede a criminalização da capoeira, é a prisão do temido Juca Reis filho do Conde de Matosinho. Tal fato se torna importante, pois mostra que a capoeira já não era exclusiva das classes baixas e negras. Na época Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores e amigo do Conde, toma as dores e vai contra a prisão do capoeira Juca Reis, batendo de frente com Sampaio Ferraz. “O conflito entre Sampaio Ferraz e Quintino Bocaiúvas, abalou o regime e quase derruba seu primeiro gabinete, pois o ministro ameaçava demitir-se, e a opinião publica estava atenta ao desfecho do caso”. (CAPOEIRA, 2000, p.51). Após muita discussão e conselhos do próprio Deodoro, o Ministro desiste e prevalece o ponto de vista de Sampaio, e Juca Reis é mandado para Fernando de Noronha para cumprir pena e em seguida é deportado.

Fatos como este mostram que a capoeira não estava mais restrita a negros e pobres, entendendo-se a brancos e ate mesmo àqueles pertencentes a grupos mais influentes. REIS (2000), ao fazer um estudo das prisões da época mostra que dentre os indivíduos presos por “capoeira” muitos pertenciam à camada economicamente ativa do Rio de Janeiro.

Os registros da Casa de Detenção (Rio de Janeiro), mostram que 15 de novembro de 1889 a 13 de janeiro de 1890 – escassos dois meses – pelo menos 110 capoeiras foram presos o primeiro dado que chama a atenção é o grande numero de ‘capoeiras brancos’entre os presos (CAPOEIRA, 2000, p.55).

Diante disso, mostra-se a necessidade de se acabar com a capoeira, pois a mesma se espalhava por toda a sociedade. Com carta branca, Sampaio Ferraz (o cavanhaque de aço) passa a perseguir os capoeiras como nunca, e com isso cai o contingente chegando a quase extinção da capoeira no Rio de Janeiro.

Ao contrário do que ocorreu em Pernambuco e no Rio de Janeiro, a capoeira baiana “sobreviveu” às duras perseguições. Mas a configuração de bandos e maltas que caracterizou a capoeira do Rio de Janeiro e Pernambuco não se deu. Segundo (CAPOEIRA, 1999), em Salvador a fase mais característica da capoeira ocorreu por volta de 1920, com o famoso chefe de polícia Pedrito de Azevedo Gordilho, que perseguiu os capoeiras assim como o samba e os candomblés.

Segundo ABREU (1999, p.76), “a polícia perseguia um capoeirista como se persegue um cão danado”. Esta perseguição ao capoeirista na Bahia vai durar até a década de 1930, quando surge no cenário nacional à retórica do corpo de Getúlio Vargas e no cenário baiano a Capoeira Regional, criada por Mestre Bimba. Para que se desse tal criação, a capoeira deveria estar inserida no contexto político e social da época, e é este contexto que será analisado no próximo capítulo.

2.2 O BRASIL NO CONTEXTO DO ESTADO NOVO

O presente capítulo tem como objetivo contextualizar o período que vai do início do século XX até a implementação do Estado Novo (1937-1945).

Ao abordar o pensamento político da época como um dos principais elementos de sustentação do regime, poderemos destacar alguns setores da cultura popular, dentre eles a capoeira, em que ouve a absorção do conteúdo do ideário político autoritário, assim como o papel da educação como principal meio de divulgação dessa “ideologia de Estado”. Após esse mapeamento do período, poderemos analisar (no capítulo posterior), as questões que envolvem a reestruturação da capoeira, dando origem a Capoeira Regional, pois como afirma VIEIRA (1998, p.54), “é relevante buscar nas transformações políticas e culturais ocorridas a partir da década de 30 as raízes da formação do ambiente cultural propício ao surgimento da proposta racionalizante presente na Capoeira Regional”.

No início do século XX, o Brasil sofre com o colapso da burguesia cafeeira e com a incapacidade política de outras classes sociais para assumir o controle político do Estado após o advento da República. Estabelece-se então o “vazio de poder”. Como alternativa, surge o que se chama de “estado de compromisso” a partir da rearticulação no interior das classes hegemônicas. Isso mostra a manobra do

Estado para “aumentar o seu campo de atuação, veiculando suas ideologias autoritárias, e com a constituição de um discurso dirigido às classes trabalhadoras, fundamentando nos argumentos de ordem e da disciplina”. (VIEIRA, 1998, p.57).

Essa forma de ideologia autoritária é um reflexo do que ocorria no mundo, que se via diante da disseminação de crenças e concepções ideológicas sobre o papel do Estado e do homem para uma boa sociedade. E foi em meio a estas ideologias que surgiu o Estado Novo no Brasil. E esse “novo” segundo ARAUJO (2000), representava um ideal político que se afastasse do capitalismo liberal e do comunismo, sendo duas ideologias que competiam entre si para encontrar uma alternativa política e econômica para o mundo. A crítica sobre a sociedade liberal era o ponto central e comum da direita e da esquerda política da época. Mas no que diz respeito às soluções, é onde divergiam.

Para o socialismo marxista, a solução estava na revolução proletária que “postulava o fim da sociedade privada e impunha um modelo de estatização da produção através da ditadura do proletariado, (...) relegando a segundo plano as tradições nacionais” (ARAUJO, 2000, p.09). Contudo a consciência proletária e o fim da propriedade privada não eram o principal alvo do totalitarismo de direita, que se preocupava com a falta dos sentimentos nacionalistas e tinham interesse em “conciliar esses sentimentos com um sistema de produção que sobrepusesse os interesses da nação aos das classes, dos indivíduos e dos grupos econômicos através da ação direta do Estado” (ARAUJO, 2000, p.10). Essa forma autoritária de se governar se concretizou na Itália, como o fascismo; na Alemanha, como o nazismo; e no Brasil, como o corporativismo de Estado.

Esses regimes ditatoriais pregavam a necessidade de se criar um Estado forte, de autoritarismo político e ideologias nacionalistas extremadas. Para que isso pudesse ser concretizado, o Estado Novo no Brasil, passa a criar datas para comemorações cívicas passando a cultivar a imagem do líder, que na falta de um partido, Getulio Vargas era simbolizado como o poder do Estado, o chefe da Nação.

A instituição do Estado Novo se deu no dia 10 de novembro de 1937, ocorrendo de forma tranqüila, pois Vargas desde de 1930 no poder já havia calado todas as formas de oposição aos seus planos ditatoriais. A escalada para o golpe foi racionalmente construída e cuidadosamente executada. O golpe não representou uma ruptura, uma mudança abrupta, mas sim uma “consolidação de um processo de

fechamento e repressão que vinha sendo lentamente construído, com o apoio de intelectuais, políticos, civis e militares” (ARAUJO, 2000, p.15). Dois anos antes do golpe, o Brasil já vivia a maior parte do tempo em estado de sítio, tendo suas liberdades constitucionais suspensas. A preocupação estava voltada para as movimentações comunistas, reunidos basicamente em torno da ANL (Aliança Nacional de Libertadora), que tinha como presidente de honra Luis Carlos Prestes e para a ameaça judaica no país, sendo este o principal pretexto para o golpe de imediato.

O Plano Cohen, uma peça de doutrinação do anticomunista elaborada pelo serviço secreto de Ação Integralista Brasileira (AIB), organização para-militar de direita criada em 1932 – que tinha como líder Plínio Salgado – (...) simulava de forma até caricatural (como convém esse tipo de pedagogia), o que seria um projeto judaico-comunista internacional para a tomada do governo, os propósitos desse governo e seus métodos de ação visando à degradação dos valores da sociedade e à instauração de uma nova sociedade materialista, atéia e contrária à idéia de família e à honra das mulheres. (ARAUJO, 2000, p.18 e 19).

E no dia 30 de setembro de 1937, poucos meses antes do golpe, vários jornais davam ampla cobertura ao fato, colocando a sociedade a par do “terrível plano”. Quando se deu o golpe, a esquerda e os opositores já estavam presos ou exilados pelo Tribunal de Segurança Nacional, a ANL – maior ferramenta de repressão no governo de Getúlio Vargas - não existido mais forças para reagir contra instalação do Estado Novo.

Nesse processo de instalação da ideologia do Estado Novo, um item chama a atenção, que é a construção de uma identidade nacional calcada na conservação das tradições e ao mesmo tempo unido a uma proposta modernizante que enaltecia a técnica.

A autonomia adquirida pelo Estado brasileiro a partir de 1930, permitiu que vários projetos econômicos e culturais fossem testados em nome de sua alta qualidade técnica e da grandiosidade das intenções. A essas intenções juntaram-se interesses militares e civis preocupados em socializar a juventude em termos cívicos e em depurar costumes sociais que pudessem ferir a construção de uma nova identidade nacional. Nesse sentido, jovens, imigrantes e os trabalhadores foram os alvos principais das campanhas ‘educadoras’ do Estado Novo. (ARAUJO, 2000, p.34)

O Estado buscou através da educação, incorporar todos os setores da sociedade para a construção da nacionalidade. Isso implicará em um controle do currículo e de todas as atividades escolares, sendo a educação a porta de entrada para uma homogeneidade nacional. A educação física também sofre influências, segundo ARAUJO (2000) e CAPOEIRA (2000), ela servia para o aprimoramento estético do brasileiro, bem como a disciplina dos corpos e dos espíritos tendo o professor o papel de vigilante e controlador desses corpos. “Nesse projeto a metodologia de ginástica francesa se fundia aos discursos nacionalistas, fundando um caminho caracteristicamente militar na educação física no Brasil”. (CAPOEIRA, 2000, p.60).

SOARES (2001), ao fazer um estudo da Escola Francesa constata que o exercício físico era indispensável para a educação do homem universal e que através da ginástica criar-se-ia homens fortes e saudáveis, gerando com isso riqueza e força tanto para o homem quanto para o Estado.

Com a implementação desse projeto de educação autoritário e disciplinar, impulsionado pelos ideais nacionalistas, com o intuito de formar um “novo homem” o corpo teve um papel de destaque, através das aulas de Educação Física dentro das escolas, atendendo ao modelo eugênico e autoritário do Estado. Segundo CAPOEIRA (1999), a retórica do corpo de Vargas, consistia em ter uma sociedade organizada, que funcionasse como uma máquina, era necessário que as pessoas (e os corpos destas pessoas) fossem educadas desde pequenas. Pensando assim, ele criou a obrigatoriedade do ensino da Educação Física nas escolas. E é no final da década de 20, que o trabalho corporal passa a fazer parte da educação formal do Brasil, sendo tratado como problema nacional.

A nova educação física deverá formar um homem típico que tenha as seguintes características: talhe mais delgado do que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, erecto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesta, puro de atos e de pensamentos, dotados de senso de honra e de justiça, compartilhando do companheirismo de seus semelhantes e levando o amor de Deus e dos homens no coração. (FILHO, apud VIEIRA, 1998, p.64).

Com esse grande processo para tentar legitimar suas ideologias, o Estado passa a resgatar os valores culturais/populares da sociedade. Tudo que se caracteriza como sendo nacional, foi resgatado junto às classes sociais menos

favorecidas, não só a capoeira, mas o futebol, o samba entre outros. Ou seja, além da educação e do processo de nacionalização, o governo de Getúlio Vargas, passa a interferir junto a outras formas de cultura, como o teatro, o cinema e o rádio, sendo que um dos maiores marcos do Estado Novo é a criação em 1939 do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que era subordinado diretamente à Presidência da República, e tinha como função censurar qualquer tipo de propaganda contra o Estado e divulgar a cultura nacional.

Nos anos 30 e 40, órgãos da imprensa e intelectuais do Estado Novo perceberam o samba, e conseqüentemente o tema da malandragem que constituía como uma das principais inspirações da música popular brasileira do período, como lugares da tradição negra de luta pela liberdade e arena de conflitos sociais. Buscando combater a onda de sambas malandros, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) passou a interferir nas composições, censurando ou alterando suas letras. As canções deveriam adotar temas de louvor ao trabalho e ao trabalhador e bem por isto datam desse período os sambas-exaltação que mais agradavam a ética oficial (REIS, 2000).

Como foi visto, as políticas culturais e educacionais propagavam a brasilidade buscando uma identidade nacional autêntica e autônoma. E é nesse contexto que ocorre o “grande” salto histórico da capoeira, que é o principal foco da presente pesquisa, e que será tratada no capítulo subsequente.

2.3 A CAPOEIRA EMBARCA NA RETÓRICA DO CORPO

Como foi visto nos capítulos anteriores, os negros capoeiras e toda a sua cultura (dentro dela o samba e o candomblé), sofriam com a marginalidade e com a discriminação logo após o advento da abolição, sendo gerada uma forte repressão por parte das autoridades locais aos focos de cultura negra. No Rio de Janeiro, as maltas de capoeira foram duramente reprimidas pela polícia, assim como os “meninos de banda” (nome como os capoeiristas eram conhecidos no Recife), onde foram perseguidos chegando a ponto da sua quase extinção. Essa perseguição se dá até o ano de 1934, quando Getulio Vargas extingue o decreto lei que proibia a prática da capoeira e dos cultos afro brasileiros.

Sendo assim, é nessa época que a capoeira tem por assim dizer seu “grande salto histórico”. O Brasil sofria grandes mudanças dentro da esfera política, cultural e educacional. Getulio Vargas com sua política de busca da identidade nacional tenta criar no brasileiro o sentimento de nacionalismo, buscando uma identidade autêntica e autônoma. Segundo CAPOEIRA (2000), é justamente nesse momento que a sociedade atinge o auge de suas transformações sociais, e a capoeira, por uma determinação sociológica não poderia estar imune a estas transformações. Assim, é nesse período que surge duas das figuras de maior expressão da capoeira, Mestre Bimba, criador Capoeira Regional e Mestre Pastinha, defensor da Capoeira Angola.

Manoel dos Reis Machado, o Mestre Bimba nasceu no dia 23 de novembro de 1900 no Engenho Velho de Brotas, cidade de Salvador. Aos 13 anos de idade, Bimba empregou-se na profissão de estivador e é no cais do porto que aprende a capoeira com Bentinho, capitão da Companhia de Navegação Baiana. Para REIS (2000), mestre Bimba é primeiro disciplinador e pedagogo da capoeira, pois desenvolve uma nova modalidade a qual chama de capoeira Regional.

Segundo ABREU (1999), o primeiro mestre de capoeira a abrir uma academia foi o mestre Bimba (Manoel dos Reis Machado), em 1932, no Engenho Velho de Brotas, por sinal também o primeiro a conseguir registro oficial do governo para a sua academia chamada de CENTRO DE CULTURA FISICA E CAPOEIRA REGIONAL, num período em que o Brasil caminhava para o pleno regime de força e que as leis penais consideravam os capoeiristas como delinqüentes perigosos. O registro oficial é datado de 9 de julho de 1937. O processo de registro leva o nº 305/1937/AP/NCL, assinado pelo Dr. Clemente Guimarães, Inspetor Técnico e tem o seguinte teor: Inspetor Técnico de Ensino Secundário Profissional, tendo em vista que lhe requerem o Sr. Manoel dos Reis Machado, Diretor do Curso de Educação Física, sito Rua do Bananal, 4 (Tororó), distrito de Sant’Anna município da capital, concede-lhe para seu estabelecimento, o presente título de registro, a fim de produzir os devidos efeitos.

Mestre Pastinha ou Vicente Ferreira Pastinha nasceu no dia 5 de abril de 1889 na cidade de Salvador. Tem sua iniciação na capoeira por volta dos 9 anos de idade com um mestre de capoeira de nome Bentinho, um negro natural de Angola. Segundo REIS (2000), Pastinha aos 20 anos abre sua primeira academia num salão que era sede de uma oficina de ciclistas, localizada no Mirante do Campo da Pólvora, cidade de Salvador.

Em 1941, conforme palavras do próprio mestre, sua vida mudou. Numa ocasião, a convite de seu aluno Aberre, foi a uma roda de capoeira no bairro da Gengibirra, em Salvador. Lá todos os domingos reuniam-se capoeiristas baianos para vadiarem. Ao vê-lo jogar, o famoso mestre Amorzinho (que era guarda civil) entregou-lhe o comando da roda, além de oferecer-lhe uma academia para que a dirigisse. Pastinha diz que ia recusar a oferta mas outros mestres insistiram e o levaram a aceitar o encargo. Dessa maneira, quatro anos após a abertura do Centro de Cultura Física e Capoeira Regional, de Bimba, Pastinha funda seu Centro Esportivo de Capoeira de Angola, no Largo do Pelourinho. (REIS, 2000, p. 111)

Esses dois mestres, Bimba e Pastinha, hoje podem ser considerados os membros mais importantes da história da capoeira. Pois foi através de uma visão inovadora – Bimba no caráter de desenvolver para a capoeira uma nova forma de ensino e Pastinha por defender uma aproximação da capoeira à sua raiz africana – promovem uma aceitação por parte das autoridades e da sociedade em geral.

Mas é durante esse processo que se gera uma das maiores discussões em torno da história da capoeira, principalmente quando se trata da criação da capoeira Regional. Com as mudanças ocorridas a partir de 1930 e durante o período do Estado Novo, a capoeira embarca na retórica do corpo de Getulio Vargas e passa por sua maior transformação colocando uma questão a muito discutida; A capoeira sofre um processo de descaracterização com a criação da capoeira Regional ou é através dela que a capoeira passa por um processo civilizador, sendo assim aceita pela sociedade? E é sobre isso que irei tratar no próximo capítulo.

2.4 CAPOEIRA REGIONAL: CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE?

Como foi visto, com toda a movimentação política da época para a legitimação do Estado perante a população, Getúlio Vargas passa a interferir na educação e na cultura, para a formação de uma identidade nacional, fazendo um resgate cultural e ao mesmo tempo “modernizando-a”. E é nesse cenário que surge a capoeira Regional, fruto de um processo natural no curso da história devido às transformações sociais que vinham ocorrendo, e ela então embarca na retórica do corpo de Vargas. Para ELIAS (1994), a mudança histórica não passa de um

processo civilizador, onde essa metamorfose não é planejada racionalmente nem tão pouco aparece tão aleatoriamente. Com a capoeira não poderia ser diferente, pois como afirma REIS (2000, p.99), “as tradições serão sempre reinventadas, sendo por isso equivocado pensarmos que a cultura possa permanecer como que cristalizada pelo tempo e espaço”. Ou seja, “pelos mãos civilizadoras de mestre Bimba, a capoeira se reforçou institucionalmente” (ABREU, 1999, p. 22).

A capoeira regional surge em uma sociedade voltada para o trabalho e preparação de mão-de-obra, onde cada indivíduo desempenharia seu papel na sociedade e era compelido a regular sua conduta de maneira estável e uniforme, sendo a capoeira integrada a essa “nova” sociedade. Mas essa integração não se dá com a capoeira nos moldes tradicionais, onde as rodas e o aprendizado eram feitos na rua e sua prática estava vinculada a uma camada social marginalizada e discriminada. Com as transformações sociais que ocorriam, o indivíduo (e também a capoeira) passa a regular sua conduta de maneira mais estável e diferenciada. Sendo assim ELIAS (1994, p. 199) afirma que “é a estrutura da sociedade que exige e gera um padrão específico de controle emocional”. Mestre Bimba, ao transferir as tradições da capoeira marginalizada e praticada nas ruas sem limite de espaço para o recinto fechado das academias gera em seus praticantes um controle das pulsões, que na capoeira praticada nas ruas era praticamente inexistente tanto dentro como fora das rodas.

Na obra de VIEIRA (1998), ao se fazer uma análise de fatos envolvendo capoeira, o autor afirma que as festas de Largo comuns no calendário de Salvador, eram palco de exibições dos capoeiristas baianos e que as rodas muitas vezes iam de simples descontração a lutas perigosas, em que ocasionalmente surgiam armas brancas, entre elas a faca e navalha. Isso pode ser esclarecido em um significativo texto publicado no Jornal de Notícias de Salvador de 04 de março de 1880 encontrado na obra de VIEIRA (1998, p. 98):

De certo tempo pra cá tem aquela rua transformado em um campo de luta incessante, onde, à noite e em dias santificados, rola o pau, voa a garrafa como projétil e maneja-se a faca como argumento, ante o qual cedem a razão e o direito.
Por mais de uma vez temos registrado fatos dignos de mais séria punição, de que são protagonistas marinheiros de má conduta e mulheres para quem a honra é um mito, a virtude, palavra sem significação, homens e mulheres que só procuram os prazeres sensuais, que tripudiam em torno da garrafa, com as mais desenfreadas bacantes.

E ainda para CAPOEIRA (2000), o Cais Dourado, no fim do século passado, se tornou famosíssimo pelo excesso de desordens e crimes que ali se praticavam, sobretudo por ser zona de meretrício e para onde convergiam, além dos capoeiras, marinheiros, soldados de polícia e delinquentes. Mas como pode uma capoeira “baderneira” ter sido aceita pela sociedade? Para ELIAS (1994), a partir do momento em que as pessoas sofrem pressões de uma autoridade central e que a estrutura da sociedade exige uma determinada forma de conduta, as emoções e os padrões de controle dos instintos passam a ser internalizados inconscientemente. Ou seja, a retórica do corpo de Getúlio servia como ferramenta do Estado para a educação dos corpos dos indivíduos, onde se pretendia uma sociedade auto-regulada e controlada.

Com isso, Mestre Bimba se propôs a ensinar a capoeira como uma forma de luta regional baiana nos moldes do Estado Novo, trocando as ruas por recintos fechados e que segundo CAPOEIRA (2000), retira a capoeira da marginalidade, tornando-a mais acadêmica e desportiva. Sob a ótica de ELIAS (1994), tal fato pode ser visto como parte do processo civilizador, onde o homem (capoeirista) passa a controlar suas emoções para que possa fazer parte e se integrar à sociedade vigente. Sociedade esta que sofria forte influência - desde o advento da República - de um discurso médico higienista e seus pressupostos de moralidade sanitária. Segundo SOARES (2001), esse projeto de higiene fazia parte de uma estratégia da classe burguesa para civilizar e controlar o modo de vida das classes subalternas, para que a força de trabalho se enquadrasse ao modo de vida capitalista. A partir disso, o exercício físico e a Educação Física são vistos como sendo os principais meios de disseminação da saúde física e moral. Ou seja, a atividade física pode ser traduzida por uma “visão triunfalista e moralista do exercício físico, entendido como capaz de curar todos os males da sociedade sejam eles de ordem física, sejam de ordem moral” (SOARES, 2001, p.111). Com isso, a higiene consegue incutir uma disciplina corporal dentro dos princípios da moral burguesa.

Sobre este forte ideal higienista que o Estado Novo (como foi visto anteriormente), funde seu ideal nacionalista e decreta obrigatoriedade do ensino da Educação Física nas escolas, sobre a influência da ginástica francesa. De acordo com sua finalidade, essa ginástica poderia ser tanto utilizada para meios civis, industriais, militar e médica, sendo receitada para todos como remédio para extirpar a fraqueza e desenvolver a virilidade do povo (SOARES, 2001). E é sob esta visão

que a Capoeira Regional é criada. Para VIEIRA (1998), Mestre Bimba percebeu que era necessário que a capoeira sofresse algumas modificações para que pudesse se expandir, se desmarginalizar e conquistar seu lugar no meio cultural e educacional brasileiro.

Para CAPOEIRA (2000), um fato importante no surgimento da Capoeira Regional foi o contato de Mestre Bimba com estudantes que iam para Salvador freqüentar a Universidade. O Mestre teria sido procurado por um grupo de estudantes para que lhes ensinasse a capoeira, começando assim sua aproximação com as camadas mais abastadas da sociedade e a necessidade de modificações no padrão de ensino (adaptação ao contexto educacional da época) da capoeira. Ou seja, reforçando a citação já feita de ELIAS (1994), de que as mudanças históricas não são planejadas racionalmente nem tão pouco aparecem tão aleatoriamente, mas sim são frutos de um processo civilizador que ocorre com a humanidade, o fato de Bimba ser procurado por acadêmicos e a imagem da capoeira estar sendo banalizada pela sociedade, mostra que tal fato é um processo aleatório que ocorreu com a capoeira, para que a mesma participasse (como a sociedade) do processo civilizatório.

Com as ideologias higienistas para a criação de corpos saudáveis e fortes pregadas pelo Estado Novo através da atividade física, Mestre Bimba coloca a capoeira dentro desses padrões sociais, acreditando ser a saída para retirar a capoeira da marginalidade.

Para que isso fosse possível, segundo CAPOEIRA (1999) e REIS (2000), Mestre Bimba cria a Capoeira Regional, onde introduz na capoeira estilos de lutas orientais como o jiu-jítsu e o judô, e folguedos da cultura popular de origem negra, como o batuque. “Assim, em sua busca de legitimação social da capoeira, Bimba desqualifica aquela na qual fora iniciado e introduz a agressividade de outras modalidades de luta” (REIS, 2000, p.102), sendo esse um dos fatores significantes sobre o estudo da Capoeira Regional. Apesar, de considerar o controle das pulsões como um fator civilizador, a criação da Capoeira Regional continuou a possuir elementos que continham alto grau de violência (tanto física quanto simbólica). Como foi visto, a capoeira pré-regional, era praticada nas ruas sempre associada a desordens e baderna, sendo constantemente perseguida pela polícia. Com a criação da Capoeira Regional, a prática passa a ser realizada em recintos fechados, onde o capoeirista tem a necessidade de controlar suas emoções e que segundo ELIAS

(1994, p. 192), “esse controle é parte de um processo civilizador” que vinha ocorrendo com a sociedade e conseqüentemente com a capoeira, onde sua prática passa a ser regrada e metodonizada.

De acordo com VIEIRA (1998), para que o aluno pudesse ser matriculado na academia de Mestre Bimba, deveria antes realizar uma bateria de testes cujo objetivo era observar se o candidato teria condições de praticar a capoeira. Entre os vários exercícios de força, flexibilidade e resistência, um chama mais atenção. Segundo CAPOEIRA (2000), para que o aluno fosse aprovado, deveria suportar uma gravata aplicada pelo próprio Mestre durante três minutos. Tal fato pode ser analisado embasando-se no estudo de ADORNO (2000), onde afirma que todo processo civilizador vem acompanhado de um anticivilizador. Segundo ADORNO (2000, p.126 e 127), “em cada situação em que a consciência é mutilada, isto se reflete sobre o corpo e a esfera corporal de uma forma não-livre e que é propícia a violência”. Ou seja, a violência presente na capoeira pré-regional, não deixa de existir, mas passa a ser uma violência dita simbólica como visto no exemplo acima e também física quando diz respeito a uma maior eficiência técnica dos golpes da Capoeira Regional e uma das partes do método de ensino da Regional, o Curso de Especialização destinado aos capoeiristas mais experientes que se realizavam após a “formatura”. O curso de Especialização e a formatura serão abordados adiante.

Após ter sido aprovado nos exames de “admissão”, o candidato deveria cumprir também outra exigência. Segundo VIEIRA (1998), quando considerava necessário, Mestre Bimba somente aceitava alunos que estudassem ou trabalhassem, devendo comprovar uma destas condições através da apresentação dos respectivos documentos, carteira de trabalho ou de estudante. Tal fato, juntamente com a criação de um método de ensino para a capoeira e sua aproximação com o esporte pode ser analisado como fator primordial para a dissociação da capoeira de uma imagem de “prática de baderneiro”. Sobre o método de ensino – sem dúvida uma das maiores inovações introduzidas por Mestre Bimba – o curso de Capoeira Regional variava de “seis a doze meses com aulas de uma hora, três vezes por semana” (REIS, 2000, p.106). No curso, o capoeirista segundo CAPOEIRA (1999) e VIEIRA (1998) aprendia a ginga, as oito seqüências de ensino e a cintura desprezada.

Depois disso vinham os cursos de especialização de caráter militarista, onde o capoeirista era treinado para combates reais. Segundo REIS (2000, p.107):

Ao longo de dois meses havia a preparação dentro da academia e depois chegava a fase das emboscadas, quando os capoeiristas realizavam exercícios por um mês nas matas da chapada do Rio Vermelho, bairro de Salvador. Finalmente, havia também o treinamento com armas brancas e revólver.

Para VIEIRA (1998), Mestre Bimba ensinava uma série de novos movimentos para serem utilizados nas rodas de capoeira, porém o que mais caracterizava as especializações eram os treinamentos para combates reais, contra um ou mais oponentes, armados ou não.

Ao final do curso ou das especializações, o capoeirista participava de cerimônias altamente organizadas, as “formaturas”. Inicialmente, Mestre Bimba falava aos presentes explicando a finalidade do evento, em seguida passava a palavra ao paraninfo da turma, um formando que abordava alguns assuntos relativos a capoeira (CAPOEIRA, 2000). Começava então demonstrações de jogos de capoeira entre calouros e formandos.

O ápice do ritual consiste no convite às madrinhas dos formandos para que coloquem no peito de seus afiliados as medalhas e em seu pescoço o lenço (esguião de seda, como o chamava Bimba) correspondente aos seus respectivos graus de aprendizado. O ritual finaliza com o tira-medalhas, quando os novatos passam por uma ‘prova de fogo’, ao entrar na roda com capoeiristas mais habilitados que devem, com um golpe aplicado com o pé, tentar tirar a medalha do recém-formado.

O lenço azul era obtido após a conclusão do curso de Regional, o vermelho ao fim da primeira especialização e por fim o amarelo após a segunda especialização. (REIS, 2000, p.107)

Como pode ser observado, Mestre Bimba para legitimar socialmente sua prática transpõe práticas e rituais acadêmicos (formatura, paraninfo), religiosos (batizado, padrinhos e madrinhas) e militares (medalhas) para o mundo da capoeira (CAPOEIRA, 2000). Entretanto, ao transportar para a capoeira valores de uma sociedade civilizada, a mesma se manifesta como mera expressão do capitalismo. Segundo ADORNO (2000, p. 122) “a pressão do geral dominante sobre tudo que é particular, os homens individualmente e as instituições singulares, tem uma tendência a destroçar o particular e individual juntamente com seu potencial de resistência”. A capoeira ao se adaptar as novas questões morais do Estado, passa a ser de uma certa forma um meio de divulgação dos ideais capitalistas. Ou seja, a criação da Capoeira Regional passa a ser um inibidor da característica de resistência da capoeira enquanto forma de expressão da cultura negra. Segundo ADORNO e HORKHEIMER (1985, p.50), “todo progresso da civilização tem

renovado, ao mesmo tempo, a dominação e a perspectiva de seu abrandamento”, sendo assim, a criação da Capoeira Regional, ao passo que eleva o status da capoeira e a retira da marginalidade, faz com que a mesma perca seu caráter de expressão como luta de resistência do negro e de manifestação cultural livre, reforçando assim a afirmação de ADORNO (2000), de que, todo processo civilizador vem acompanhado de um anticivilizador.

Como foi visto, a Capoeira Regional foi criada sobre os padrões da retórica do corpo de Getulio Vargas, que se baseava nos princípios higienistas que segundo CARMEN (2001, p. 70) “construiu um discurso normativo, disciplinador e moral (...) tudo em nome da saúde, da paz e da harmonia social... em nome da civilização”. É através desse discurso que o Estado tenta construir a imagem do homem forte e patriota na tentativa de disciplinar as massas e “incutir uma disciplina corporal na qual figuram os princípios da moral burguesa” (CARMEN, 2001, p. 115). Para ADORNO (2000, p. 137), “na medida em que colocamos o direito do Estado acima de seus integrantes, o terror já passa a estar potencialmente presente”. Ou seja, as pessoas se enquadram cegamente no coletivo, a capoeira passa a se disciplinar em nome do Estado. Disciplina esta feita através da força, onde o Estado cria artifícios para fiscalizar e reprimir focos de expressão que fossem contra os ideais nacionalistas como foi visto anteriormente. Ou seja, a Capoeira Regional ao pretender estar em sintonia com a sociedade capitalista da época, passa a ser mais uma forma de manutenção e aceitação do capitalismo, mais um propiciador a barbárie.

Essa sintonia pretendida pela capoeira com o Estado e sua “submissão” ao sistema capitalista pode ser entendida baseando-se nos estudos de ADORNO e HORKHEIMER (1985), sobre a dialética do esclarecimento, onde, o sujeito (capoeira), para conseguir se afirmar deve se submeter a algo (Estado) e reconhecer o poder como forma e princípio de todas as relações, ou seja, nem todo processo civilizador é tão civilizador quanto parece. Para que se possa entender melhor essa dialética do esclarecimento, essa dualidade, podemos nos remeter ao exemplo dos esportes, onde ADORNO (2000, p.127) afirma que:

O esporte é ambíguo: por um lado ele pode ter um efeito contrario a barbárie e ao sadismo, por intermédio do fairplay, do cavalhierismo e do respeito pelo mais fraco. Por outro, em algumas de suas modalidades e procedimentos, ele pode promover a agressão, a brutalidade e o sadismo, principalmente no caso de espectadores, que pessoalmente não estão submetidos ao esforço e a disciplina do esporte. (ADORNO, 2000, p.127)

Sobre a barbárie ADORNO (2000, p.155), ainda explica:

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não temerem em sua arrasadora maioria experimentando a formação nos termos correspondentes no conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir.

Ou seja, como já foi visto anteriormente a violência não deixou de existir, mas sim passou a ser uma violência simbólica e vigiada. A capoeira ao mesmo tempo que civilizou-se, trouxe com sigo o que ADORNO (2000) chama de anticivilização e que pode ser entendido como barbárie. Pois a capoeira como forma de cultura e libertação do negro perde seu caráter de expressão ao integrar-se a sociedade capitalista. Sobre a sociedade capitalista e sua barbárie SOARES (2001, p.96) afirma que:

Um regime assim, se por um lado, desenvolve a sociedade brasileira (...), por outro, e como face do mesmo processo, acentua a miséria, degrada a vida e destrói os laços mais singelos e ternos que unem os indivíduos, atirando-os desde muito cedo a um tipo de trabalho degradante e mal pago.

Ao sair das ruas e estabelecer-se em recintos fechados (academia), para que pudesse se integrar à sociedade afasta-se de seu valor mais profundo de luta por liberdade, passa a submeter-se – mesmo que inconscientemente e naturalmente como foi visto em ELIAS (1994) – ao regime da retórica do corpo de Vargas. Segundo HORKHEIMER e ADORNO (1973, p. 97) “hoje em dia os defensores da cultura levam mais em conta a instalação de recintos para conservar o patrimônio cultural do que os valores espirituais da humanidade”. Ou seja, para que a capoeira pudesse ser reconhecida como cultura nacional, teve que abrir mão de seus valores históricos e adaptar-se as regras “modernizante” e “civilizadora” da humanidade. A civilização ao mesmo tempo em que almeja a felicidade humana, é fruto de uma miséria da maioria (HORKHEIMER e ADORNO, 1973), ou seja, “o que toda cultura nada mais fez, até hoje do que prometer, será realizado pela civilização quando esta for tão livre e ampla que não exista mais fome sobre a terra” (HORKHEIMER e ADORNO, 1973, P. 99)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei a pesquisa sobre o tema da capoeira, não tinha idéia de como tal assunto tratado tão superficialmente pelas literaturas especializadas, era complexo e fascinante. A capoeira que conhecemos hoje praticada nas academias, que é exportada como forma de cultura e luta genuinamente brasileira para o mundo, passou e passa por transformações históricas que acompanham o ritmo “civilizatório e modernizante” da sociedade. E foi sobre este tema que surgiu a proposta de trabalhar o ponto culminante que divide a capoeira em, antes de Bimba e depois de Bimba, que foi a criação da Capoeira Regional no contexto histórico do Estado Novo de Getulio Vargas.

Como foi visto no decorrer do trabalho, com o fim da escravidão, os escravos não tendo para onde ir passam a instalar-se nas periferias das cidades formando o que se pode chamar de principio das favelas. Sem estudo e emprego, o negro cai na marginalidade, sendo taxado de vagabundo e malandro e com ele sua arte, a capoeira. Entre os principais focos de capoeiragem, estão os Estados do Rio de Janeiro, Recife e Bahia, que tem em comum além do número elevado de capoeiristas, a perseguição indiscriminada por parte das autoridades locais. No Rio, a capoeira se caracteriza pela formação de bandos ou maltas que lutavam entre si aterrorizando a sociedade e que muitas vezes foi utilizada por partidos político como forma de proteção (capangas). Entre elas podemos destacar a malta do Guaiamuns e Nagoas. Com a forte repressão por parte da policia, no Rio de Janeiro a capoeira praticamente foi extinta. No Recife, essa mesma formação de bandos se caracterizou, sendo os capoeiras conhecidos como os garotos de banda. Quando tinham inícios as festas do carnaval pernambucano, muitos capoeiristas se enfrentavam a ponto de acabar com as festas, acontecendo com eles, o mesmo que ocorreu com os capoeiras no Rio de Janeiro.

Já na Bahia, a capoeira se configurou de forma diferente, e é lá que ocorre o grande salto histórico da capoeira. A prática baiana não se configurou em bandos, mas a perseguição pelo capoeirista não foi menos severa. Com toda essa configuração marginal da capoeira no cenário nacional, Mestre Bimba, cria a Capoeira Regional com o objetivo de retirá-la da marginalidade. Nas páginas desse trabalho, buscou-se entender como tal processo se deu e quais foram às conseqüências para a prática.

Com a formação do Estado Novo, Getúlio Vargas decreta a retórica do corpo, com o objetivo de formar corpos saudáveis e fortes para a indústria e a criação de uma identidade, uma imagem nacional. Baseada na teoria higienista que já existia desde a instauração da República, a sociedade passa a ser incentivada a viver sobre os parâmetros burgueses. E é nesse cenário que surge a Capoeira Regional. Mas como aconteceu tal processo? Ao estudar a obra de Norbert Elias, pode se observar que as mudanças históricas não são planejadas racionalmente nem tão pouco aparecem tão aleatoriamente, mas sim são frutos de um processo civilizador que ocorre com a humanidade. Sobre o processo civilizador, o indivíduo é obrigado regular sua conduta para que possa integrar a sociedade. Seus impulsos e instintos passam a ser internalizados, onde a violência que antes era normal, passa a ser repudiada. Ou seja, com a capoeira não poderia ser diferente, pois o capoeirista que não controla-se suas pulsões, não poderia se integrar à nova sociedade civilizada e praticar a capoeira.

A criação da Capoeira Regional se dá nos moldes da retórica do corpo de Vargas, sua prática passa a ser realizada em recintos fechados e seu aprendizado passa a ser feito através de uma seqüência pedagógica, não sendo mais praticada nas ruas, saindo assim da marginalidade. Apesar de considerar o controle das pulsões e processo civilizador da capoeira importante para que sua prática pudesse ser realizada, ao remeter os meus estudos as obras de Theodor Adorno e Max Horkheimer sobre a dialética do esclarecimento, pude observar que todo processo civilizador vem acompanhado de um anticivilizador. Ou seja, ao mesmo tempo que a capoeira integra-se a sociedade capitalista, modernizando-se, passa a ser mais um fator de manutenção da barbárie. A violência que sai das ruas, não desaparece com o controle das pulsões, mas sim passa a ser uma violência simbólica e física quando se pensa em uma maior eficiência dos golpes da Capoeira Regional. Essa integração ao capitalismo, gera uma inibição da capoeira no seu caráter de luta de libertação de um povo.

Sendo assim, gostaria de finalizar meus estudos com uma citação de ADORNO (2000, p. 119), que diz:

A barbárie continuará existido enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão (...), um dos mais perspicazes parece-me ser aquele de que a civilização, por seu turno, origina e fortalece progressivamente o que é anticivilizatório.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema relativo a capoeira, sendo um trabalho de crítica historiográfica, pois irei trabalhar somente com a literatura produzida sobre o tema, para aí então desenvolver a minha opinião sobre o assunto.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, Frederico José de. **“Bimba é bamba”**: a capoeira no ringue. 1ª ed. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999.

ADORNO, Theodor. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ADORNO, Theodor. W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: pequeno manual do jogador**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: os fundamentos da malícia**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COUTO, Adyrolvã Anunciação. **Historia, Arte e Filosofia da Capoeira Nacional**. 1ª ed. Salvador: Grafica Santa Helena, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O estado Novo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2 v. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. W. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: Raízes Européias e Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Auores Associados, 2001.

VIEIRA, Luiz Renato. **O Jogo da Capoeira: Corpo e Cultura Popular no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998